

**CONSPIRACIONISMO DE EXTREMA-DIREITA ENTRE ESTADO
NOVO E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1945-1975)**
**FAR-RIGHT CONSPIRACISM BETWEEN THE NEW STATE AND
THE DEMOCRATIC TRANSITION (1945-1975)**

RICCARDO MARCHI

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais
(CEI-IUL) | Universidade Lusófona
Riccardo.Marchi@iscte-iul.pt
<https://orcid.org/0000-0003-2037-7027>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 29/02/2024

Resumo

Durante o Estado Novo e a transição democrática, a extrema-direita portuguesa analisou todas as crises do regime à luz da visão conspiracionista. Herdado da cultura política contrarrevolucionária do século XIX, o conspiracionismo foi aplicado pela extrema-direita portuguesa a partir de 1945 para desvendar o alegado plano contra o Império português. Neste sentido, a extrema-direita denunciou uma estrutura piramidal e hierárquica controlada pela elite globalista e integrada por diferentes atores nacionais. Embora não exista uma versão única do complô partilhado por todos os protagonistas da extrema-direita, os agentes da conspiração denunciados tendem a ser sempre os mesmos. A extrema-direita portuguesa não trouxe nenhuma contribuição doutrinária ao conspiracionismo elaborado pelas congêneres europeias, mas limitou-se apenas à sua aplicação ao caso português, sem alcançar os objetivos esperados na mobilização, radicalização e liderança das direitas autoritárias e ultramarinistas.

Palavras-chave

Conspiracionismo; Extrema-Direita; Elite globalista; Estado Novo; Transição democrática.

Abstract

During the New State and the democratic transition, the Portuguese far right analyzed all the regime's crises in the light of a conspiracy theory. Inherited from the counter-revolutionary political culture of the 19th century, conspiracism was applied by the Portuguese far-right from 1945 onwards to uncover the alleged plan against the Portuguese Empire. In this sense, the far right denounced a pyramidal and hierarchical structure controlled by the globalist elite and made up of different national actors. Although there is no single version of the plot shared by all the protagonists of the far right, the agents of the conspiracy denounced tend to always be the same. The Portuguese far right did not make any doctrinal contribution to the conspiracism developed by its European counterparts, but merely limited itself to applying it to the Portuguese case, without achieving the expected goals of mobilizing, radicalizing and leading the authoritarian and imperial right-wings.

Keywords:

Conspiracism; Far-right; Globalist elite; New State; Democratic transition.

Introdução

O conspiracionismo é uma forma de dar sentido a acontecimentos complexos, encaixando-os num complô até de longa duração histórica. A conspiração é definida como a colaboração secreta entre um certo número de pessoas, com o intuito de realizar um plano comum. Os conspiracionistas, portanto, estão convencidos que muitos dos eventos históricos complexos – passados, presentes e futuros – não acontecem por acaso, mas pela ação de uma minoria de conspiradores malvados, contra uma maioria de vítimas inocentes (Cubitt 1989: 13). A literatura debate a abrangência do conspiracionismo: segundo alguns autores, é uma *forma mentis* que encontra complôs por detrás de tudo o que de grande e mau acontece no mundo; segundo outros, é uma procura legítima de complôs ocultos que causam determinados eventos (Coady 2012: 111). O conspiracionismo não precisa de evidências empíricas sólidas para

identificar a causa principal de um evento ou de uma série de eventos (Matthews 2023: 627). Contudo, o conspiracionismo não se baseia necessariamente em dados falsos ou irracionais. Se muitas alegadas conspirações se demonstraram falsas, outras aconteceram de facto, inclusive a alto nível político, nacional e internacional (Papaioannou et al. 2023: 847). Na política, o conspiracionismo pode ser a crença sincera num complô como causa de um determinado evento, ou uma forma propagandística de influenciar a opinião pública para suportar uma determinada agenda (Cassam 2023: 196-197). Ao longo da história, o conspiracionismo demonstrou ser particularmente relevante no discurso político de franjas extremistas (Imhoff et al. 2022: 393) e em tensão com a visão dominante das instituições oficiais (Pigden 2007: 228). Num contexto de conflito político agudo, o conspiracionismo tem por objetivos conquistar a atenção dos potenciais aliados face à ameaça, aumentar a capacidade de mobilização para a ação coletiva, incrementar o estatuto do conspiracionista dentro do grupo, em virtude do comprometimento na luta (Marie e Petersen 2022: 1).

Esta forma de interpretar os acontecimentos é presente desde sempre na extrema-direita ocidental. Relevante no período de entreguerras, o conspiracionismo afunda as suas raízes na fase precedente à era dos fascismos históricos e a ela sobrevive, não só entre os herdeiros daquele legado político após 1945. O conspiracionismo representa também um elemento diferenciador entre as direitas extremas (contrarrevolucionárias ou fascistas) e as moderadas (liberais ou conservadoras), que, pelo contrário, o rejeitam como instrumento de análise. A extrema-direita acredita na existência de uma elite cosmopolita desenraizada, cujos interesses colidem com as preocupações do povo enraizado. Por isso, ela apregoa o expurgo, do corpo nacional, dos conspiradores ativos na sombra para a ruína da nação (Saull et al. 2015: 4). Ao longo dos anos, a extrema-direita elaborou um conjunto variado de teorias da conspiração (Lee 2020: 347-348). A elite globalista denunciada foi-se povoando de atores diferentes – os judeus, os maçons, os burgueses iluminados, os comunistas, os capitalistas e, mais recentemente, os islâmicos – alegadamente empenhados na ofensiva eterna contra a Civilização ocidental. O judeu sobressai pelo papel central no famigerado complô judaico-maçônico (Taguieff 2013). Desde o fim do século XIX com o *affaire Dreyfus* em França, ou o princípio do século XX com a publicação, na Rússia czarista, dos *Protocolos dos Sábios de Sião* (1903), passando pelas

obras antisemitas de Henry Ford de 1920 e a literatura nacional-socialista das décadas de 1930-1940, o judeu conquistou um lugar de destaque nas estruturas piramidais da conspiração. No segundo pós-guerra, as direitas neofascistas e neonazi continuaram a alimentar a teoria do complô judaico, através de obras pontuais – é o caso do *The New Unhappy Lords: An Exposure of Power Politics* (1965) de A.K. Chesterton – ou das correntes historiográficas negacionista e revisionista do Holocausto (Terry 2017: 34-35). Esta explicação coexistiu com as teorias focadas no papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na construção da nova ordem mundial, globalista e socialista (Spark 2001: 47).

Em Portugal, a extrema-direita interna ao Estado Novo não foge a esta característica do neofascismo europeu. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, ela interroga-se acerca das repercussões dos novos equilíbrios internacionais na estabilidade do regime português. A análise política e geopolítica, nacional e internacional, por ela produzida, incorpora a visão conspiracionista veiculada pela imprensa europeia de ultradireita e foca, no caso específico português, dois eixos principais: o internacional da chamada “Nova Ordem Mundial”; o nacional da chamada “quinta coluna” infiltrada no Estado Novo. Enraizada na cultura política contrarrevolucionária de matriz francesa, que já no princípio do século tinha tornado os ultras portugueses sensíveis ao conspiracionismo, a extrema-direita do segundo pós-guerra encara as duas ameaças, internacional e nacional, como duas faces da mesma moeda, em ação desde o século XIX. A denúncia das forças ocultas torna-se, assim, um dos esquemas interpretativos mais relevantes da extrema-direita, ao longo das três décadas que separam o fim da Segunda Guerra Mundial do fim do regime salazarista. A conspiração internacional, com os seus tentáculos nacionais, passa a explicar todas as crises que abalam o Estado Novo, em particular a renovada ofensiva da oposição antissalazarista e os desvios reformistas de alguns setores do regime, nos anos do imediato pós-guerra; as crises académicas, a ofensiva diplomática na ONU e militar em África, na década de 1960; o golpe militar que depõe o regime no 25 de Abril de 1974.

Os primeiros anos do segundo pós-guerra

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, tanto as oposições antissalazaristas, quanto algumas fações moderadas do Estado Novo,

aproveitam a derrota dos fascismos para promover mudanças políticas em Portugal, com o intuito de derrubar externamente o regime ou de o reformar internamente, para evitar o colapso violento. Perante esta realidade, alguns intelectuais de extrema-direita promovem uma série de publicações – a mais famosa é o semanário *A Nação* (1946-1948) – para denunciar a conspiração contra Portugal, fomentada por quatro atores nacionais, apoiados por forças internacionais: o Partido Comunista Português (PCP), verdadeiro cérebro do antissalazarista Movimento de Unidade Democrática (MUD); a Maçonaria, alegadamente infiltrada no Estado Novo desde a década de 1930; os católicos progressistas apologistas da viragem pró-democrática de papa Pio XII; os moderados do regime, interessados numa transição democrática, no modelo, por exemplo, das monarquias constitucionais europeias.

Para a extrema-direita, estes quatro atores cooperam para enfraquecer o Estado Novo e para entregar Portugal aos donos da Nova Ordem Mundial. Se as oposições antissalazaristas aproveitam a ingenuidade dos situacionistas moderados, estes últimos prestam a sua cooperação de forma inconsciente, sendo, por isso, os “idiotas úteis” da conspiração. Dentro da teia, cada ator desempenha um papel na conspiração demo-pluto-judaico-maçónica, em acordo com as suas características. Já durante os anos da guerra, o doutrinador nacionalista – e mentor do semanário *A Nação* a partir de 1946 – Alfredo Pimenta, alertava os correligionários no jornal germanófilo *Esfera* contra os «enfeudados, conscientemente ou não, ao judaísmo internacional, à Maçonaria e ao Capitalismo» (Pimenta 1943a) e denunciava a «combinação sacrílega de Judeus, Maçons, Democratas e Católicos pervertidos» (Pimenta 1943b), pronta a cavalgar a vitória das democracias para derrubar o Estado Novo e instaurar o comunismo em Portugal. Alvos da denúncia eram, em particular, dois jornais influentes nas hostes salazaristas: o católico *As Novidades* e o monárquico *A Voz* (Marchi 2009a: 56-58). Com o fim da guerra, a denúncia da conspiração continua nas páginas de *A Nação*, com particular atenção ao papel do judaísmo internacional. O semanário publica vários textos, assinados pelo pseudónimo Nuno Monte Suna, que explicam a conspiração com base na diferença racial entre os arianos e os judeus: resultados das migrações indo-europeias, os arianos constituíram as diferentes nações de Europa e criaram uma civilização guiada pela justiça, liberdade e beleza, nunca igualada pelos judeus que, por isso, tentaram sempre aniquilá-la. O choque entre o

idealismo heróico do ariano e o mercantilismo calculista do judeu explica a atuação da internacional judaica (Suna 1947). Só no ano de 1947, *A Nação* publica seis artigos dedicados ao complô judaico. Três são assinados com o pseudónimo Aetius com o título «O problema judaico» (15, 22 e 29 de março de 1947). Três são assinados com o pseudónimo Litorius: dois sobre a «A quinta coluna da Internacional Judaica» (níumeros 67 e 69); um sobre a «A conjura do silêncio da Internacional Judaica» (número 72). Os textos replicam os tópicos clássicos do antisemitismo europeu de extrema-direita. Frequentemente é a citação dos *Protocolos dos Sábios de Sião* como texto comprovativo da conjura judaica contra o Ocidente e contra o Cristianismo. Para Monte Suna, «os famosos Protocolos dos Sábios de Sião revelaram aos cristãos os intentos e processos dos judeus, inimigos milenários natos e irreconciliáveis, para arrasarem o Cristianismo» (Suna 1947). Para o colaborador A. Athayde, a «plutocracia judaica» meteu os povos uns contra os outros na Segunda Guerra Mundial – já o tinha feito na primeira, armando a mão regicida de Gavrilo Princip (*A Nação* 1948a) –, tornou o povo russo «uma das pedras do jogo dos Protocolos dos Sábios de Sião» e se prepara, agora, para dominar o resto do mundo a partir do Estado de Israel (Athayde 1948). Para *A Nação*, a relevância conquistada pelo Estado de Israel na agenda política internacional demonstra o alcance mundial da questão judaica. A solidariedade de todos os judeus espalhados pelo mundo com o Estado de Israel comprova a dupla fidelidade do judeu (Christianus 1948). Por isso, os radicais opõem-se à naturalização dos judeus fugidos à Shoah e refugiados em Portugal (*A Nação* 1948b). Apoiam, pelo contrário, a criação de um Estado judaico – sem tomar posição sobre localização na Terra Santa –, com a condição que todos os judeus do mundo sejam obrigados a serem seus cidadãos, renunciando a outras nacionalidades (*A Nação* 1947). Para o diretor do semanário, José O'Neill, a existência do Estado de Israel permitiria tratar os judeus como estrangeiros e exclui-los de todos os cargos públicos em Portugal (O'Neill 1947). O alerta contra a conspiração judaica vinha já dos anos da guerra, quando, em 1938, judeus ingleses enviaram, para Lisboa, o advogado francês Jacques Politis, do ramo francês dos Rothschild, para convencer as autoridades do Estado Novo a conceder territórios na África portuguesa para a colonização judaica (Schaefer 2014: 156).

Para a extrema-direita, o judeu é um corpo estranho à Nação, por pertencer a uma raça sem pátria, perseguida e dispersa e, por isso, quase geneticamente incapaz de ser fiel às nações que integra por acaso

histórico. Mesmo o judeu assimilado e até convertido a outra religião, permanece fiel à sua raça ancestral e, nos momentos decisivos, serve o judaísmo em detrimento da pátria e do Estado que o hospeda (*A Nação* 1947). O dilema da dupla fidelidade leva o judeu a ser particularmente propenso ao espírito internacionalista e predisposto à subversão dos sentimentos de pertença nacional. Ele compartilha com o maçon a predisposição para o internacionalismo, o que legitima a denúncia do espírito judaico-maçônico da conspiração (Gomes 1946). Prova disso é a infiltração judaica nas artes e nas ciências, onde «a malta demojudaico-bolchevista» multiplicou a produção de obras decadentes, celebrativas dos vícios (alcoolismo, drogas, homossexualidade, sadismo mental e físico, adultério, divórcio, aborto) e atentatórias das tradições e das figuras nobres da história pátria, especialmente entre os jovens. O surrealismo, o marxismo, o freudismo são todos instrumentos do judeu para subverter a célula base da comunidade nacional, ou seja, a família, alimentando o conflito entre as gerações e entre os sexos (Athayde 1948). Para a extrema-direita, a conspiração judaica avança através do Capitalismo e do Comunismo. Já para Alfredo Pimenta, a derrota do Fascismo e do Nacional-Socialismo potenciaram os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS) como instrumentos da conspiração judaico-maçônica, contra a ordem tradicional (Pimenta 1946).

No que diz respeito ao Capitalismo, a Banca é o emblema do complô judaico. Por ser um desenraizado, o judeu encontra na Banca – muito mais que no comércio e na indústria, ainda ligados à dimensão nacional – o instrumento internacional funcional aos seus manejos obscuros contra os povos (Branco 1947). No que diz respeito ao Comunismo, o judeu é naturalmente atraído por movimentos revolucionários (*O Fixe* 1947). Para os radicais de *A Nação*, os judeus protagonizaram todos os movimentos revolucionários da modernidade, pelo menos desde a Revolução Francesa. A Revolução de Outubro de 1917 foi realizada maioritariamente por judeus, embora eles tenham posteriormente sofrido a perseguição de Joseph Stalin (*A Nação* 1948a). As próprias doutrinas socialista e comunista são fruto de pensadores judeus, como Ferdinand Lassalle e Karl Marx (Estêvão 1946).

Os judeus controlam os EUA e a URSS, pontas de lança da construção da Nova Ordem Internacional, com o intuito de desmantelar os Estados nacionais e estruturar o Império mundial, cuja realização coincidirá com o regresso da pátria perdida de Israel. Por isso, os judeus apostam

em todas as organizações internacionais que corroem a soberania do Estado nação. Para o colaborador Litorius, «organizações internacionais» é sinónimo de «organizações de judeus». Os judeus estão em lugares cimeiros não só na franco-maçonaria, na diplomacia, na alta finança, nos governos de vários países, mas também nos organismos da ONU como a UNRRA – United Nations Relief and Rehabilitation Admininstration ou a UNAEC – United Nations Atomic Energy Commission (Litorios 1947).

Os colaboradores de *A Nação* recorrem aos teóricos antisemitas, principalmente franceses e ingleses, para fundamentar a denúncia do complô internacionalista (Europeus 1947). Naqueles anos, Lisboa era porto de abrigo de intelectuais europeus de extrema-direita, em fuga das purgas antifascistas. O intelectual mais prolífico foi Jacques Ploncard d'Assac, procurado em França pelos seus textos contra a maçonaria (Albanese 2022: 19). Ele denuncia o complô no semanário *A Nação* desde 1946, no programa radiofónico *Voz do Ocidente* desde 1960, na revista *Découvertes* desde 1964 (com o correligionário também refugiado Jean Haupt). Os intelectuais franceses são a fonte primária para a extrema-direita portuguesa no que concerne a conspiração. Por exemplo, a obra de Maurice Bardèche, *Nuremberg ou la Terre Promise* (Les Sept Couleurs, 1948) inspira o texto *A lenda negra antinazista* de António José de Brito, publicado no seu livro, *Destino do Nacionalismo Português* (Verbo, 1962), onde o Holocausto é apresentado como um instrumento de propaganda dos vencedores.

Segundo a extrema-direita portuguesa, o judaísmo internacional tornou-se ainda mais perigoso por ter deixado de ser a marca biológica de uma raça específica, passando a ser o espírito difuso em indivíduos de raças diferentes, inclusive não semitas, que constituem a elite mundialista homogénea *por forma mentis*. Impossível de ser extirpado materialmente via extermínio, o espírito judaico deve, pelo menos, ser tornado inofensivo (Branco 1947). Para Alfredo Pimenta, a derrota do Fascismo e do Nacional-Socialismo, já não permite pensar na vitória neste combate epocal, mas, quando muito, na resistência, recusando, por exemplo, qualquer colaboração de Lisboa com Washington e Moscovo (Pimenta 1948).

Os anos da Guerra de África

Apesar da intensa campanha de *A Nação*, no princípio da década de 1950, a extrema-direita recua no imobilismo, provocado por vários fatores

concomitantes. Por um lado, a oposição antissalazarista diminui a pressão contra o Estado Novo após o fracasso do MUD e perante o endurecer da repressão do regime. Por outro lado, Salazar consegue ultrapassar o vendaval do imediato pós-guerra, apresentando-se como aliado fiel da frente Ocidental, no novo cenário da Guerra Fria. No contexto da estabilização autoritária, a extrema-direita perde capacidade atrativa junto do Estado Novo, pouco interessado no revanchismo fascista.

A mudança de clima político, nacional e internacional, no começo da década de 1960 representa uma nova janela de oportunidade para os radicais de direita. O contexto é a crise diplomática, militar e política sofrida pelo Estado Novo a partir de 1960. No plano diplomático, a maioria afro-asiática da Assembleia Geral da ONU e os membros do Conselho de Segurança (*in primis* EUA e URSS) começam a condenar repetidamente a presença portuguesa em África. No plano militar, os massacres da UPA no norte de Angola a 15 de março de 1961 inauguram a Guerra de África que ocupará Portugal em três frentes militares (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau) durante treze anos. No plano político, a mobilização de estudantes e intelectuais durante as crises académicas de 1962, 1965 e 1969, provocam o afastamento inexorável de largas faixas da juventude e de elites relevantes para o regime. A crise interna do Estado Novo é agravada pelo aparecimento, durante o governo de Marcelo Caetano, da oposição liberal, ativa no parlamento e na comunicação social, com os deputados da Ala Liberal e o jornal *Expresso*.

É a tempestade perfeita para a extrema-direita voltar a denunciar o complô contra o Império português, junto da opinião pública, através de jornais e movimentos financiados e/ou tolerados pelo regime. Desde o primeiro número, em maio de 1962, por exemplo, o jornal *Ataque* (órgão oficial do Movimento Jovem Portugal) apresenta Comunismo e Capitalismo como duas faces da internacional apátrida, ladeados pelo Sionismo «força internacional que sonha há dois mil anos com a dominação, à sua maneira, do mundo inteiro» (*Ataque* 1962a). Em particular, o «judeu eterno» utiliza o capital – detido pelo indivíduo no capitalismo maçônico ou pelo Estado no comunismo soviético – para dominar o mundo. Para tal, sionistas, mações, comunistas, capitalistas, neutralistas afro-asiáticos colaboraram na ONU, onde «vão, de mãos dadas com os interesses anti-ocidentais e anti-cristãos, bater palmas e difamar todas as obras missionárias europeias e brancas» (*Ataque* 1962b). Para que a ONU se torne o desejado «supergoverno de tipo parlamentar, maçônico

e plutocrata, cuja central se encontraria, naturalmente na América», a Europa deve tornar-se o reduto «materialista, uniforme, nivelado, invertebrado (...) dos capitalistas, dos banqueiros, dos magnates da nova maçonaria político-financeira que dirige o Ocidente “livre”!» (Real 1962). Para transformar a Europa, a elite globalista utiliza os novos Estados independentes surgidos das descolonizações, os movimentos guerrilheiros espalhados pelo globo e uma plethora de organizações públicas e privadas, criadas para apoiar as forças subversivas em todo o mundo (fundações privadas, lojas maçónicas, Igrejas protestantes, etc.).

Entre os militantes radicais da década de 1960, o mais ativo na denúncia do complô mundialista é o líder do grupo *Combate* da Universidade de Coimbra, José Valle de Figueiredo. Por ocasião das comemorações oficiais da Revolução Nacional, a 28 de maio de 1963, José Valle de Figueiredo é convidado para falar em representação dos estudantes universitários. O jovem líder nacionalista denuncia os chamados «revolucionários de 29 de maio», servidores da «maçonaria jacobina» e do «capitalismo apátrida» que infiltraram o Estado Novo com a derrota do fascismo em 1945:

As forças reacionárias, as forças contra-revolucionárias e social-conservadoras, principiaram a sabotar o Poder do Estado, restaurando a ordem burguesa que negava, nos factos, direitos que as Massas Populares e Trabalhadoras tinham conquistado na Lei. Sabotou-se a Justiça Social e a associação capital-trabalho foi a fórmula que serviu para defraudar, sob a capa da lei, os legítimos e sagrados direitos do Povo. A Hidra Capitalista principiou a imperar com todas as suas cabeças. E o Rito Escocês, que se tinha servido da Revolução Nacional para liquidar o Rito Francês todo-poderoso na República Democrática, subia os seus altos degraus, a procurar a talhada de um bolo, que, esperava estivesse prestes a cair nas mãos. Passámos uma fase em que tivemos uma Revolução sem revolucionários, uma Revolução nacional sem nacionalistas – Salazar traído por todos! (Figueiredo 1963: 5-6).

Em outubro de 1967, José Valle de Figueiredo publica dois artigos no semanário *Agora*, com o intuito de desvendar a «teia secreta» por detrás da nova ordem internacional (Figueiredo 1967a e 1967b). O alvo é o sionismo internacional, que atua segundo as diretrizes do *Protocolos dos Sábios de Sião*, mas que mudou de estratégia nos últimos anos. Para Valle de Figueiredo,

no princípio do século XX, o sionismo internacional pensou usar a Rússia, através da revolução soviética, para instaurar o governo mundial. O plano falhou quando, dentro da elite bolchevique, o nacionalista Joseph Stalin prevaleceu sobre o agente sionista Leon Trotsky. Os pogroms antisemitas de Stalin obrigaram os sionistas a virarem-se para Nova Iorque, sede do capitalismo internacional e da ONU. Na ONU, os poderes ocultos promoveram a convergência entre Washington e Moscovo, para liquidar os últimos vestígios de poder geopolítico da Europa. Os sionistas ocupam o vértice de uma estrutura piramidal, a partir do qual apoiam os EUA capitalistas e a URSS comunista, ambos empenhados na edificação de um governo mundial de cariz socialista. A pirâmide é composta por um emaranhado de organizações, nacionais e internacionais, criadas pela maçonaria e pela alta finança. Este enredo de centros de estudo, de fundações, de gabinetes especiais atua em múltiplas áreas, para promover o globalismo. Os agentes desta estrutura piramidal estão por detrás também das crises portuguesas. Em particular, a conspiração contra a África portuguesa é obra do American Committee on Africa do norte-americano Council of Foreign Affairs, financiador da UPA em Angola, e dos African-American Institute e Ford Foundation, financiadores da FRELIMO em Moçambique (Figueiredo 1967c). O líder do grupo de *Combate* já tinha denunciado o papel chave dos EUA no complô mundialista, através da página *Encontro* do órgão da União Nacional, *Diário da Manhã*. O artigo tinha causado um protesto oficial da embaixada norte-americana, por acusar diretamente o Secretário de Estado norte-americano Dean Rusk de patrocinar o terrorismo na África portuguesa.

No contexto global, a conspiração contra Portugal é financiada, desde 1954, pelo Grupo Bilderberg, constituído por altos representantes europeus do mundo dos negócios, da maçonaria, da política e das instituições nacionais, empenhados na criação do Superestado Europeu. Criada em 1957, a Comunidade Económica Europeia (CEE) é o primeiro passo do Superestado Europeu que, por sua vez, é a etapa obrigatória para desmantelar as soberanias nacionais, rumo ao governo mundial.

Também a contestação estudantil é fruto da conspiração antiportuguesa. Em 1973, José Valle de Figueiredo publica a obra *Reforma universitária e política académica*, na qual analisa retrospectivamente os acontecimentos académicos, desde 1962. O líder nacionalista distingue duas fases da revolta estudantil: a primeira entre 1961 e 1965; a segunda desde 1968 até ao começo da década de 1970. Na primeira fase, principalmente

na crise académica de 1962, a contestação estudantil limitou-se à reivindicação de direitos dos estudantes. Na segunda fase, pelo contrário, as reivindicações passaram para o plano político, visando não apenas a reforma da Universidade, mas a mudança de regime. Este salto de qualidade obedece a um plano gradual esboçado pelas forças ocultas da subversão internacional, através dos comunistas portugueses. Já por ocasião da crise académica de 1962, o grupo de *Combate* tinha denunciado a posição neutralista da Associação Académica de Coimbra (AAC) perante a ofensiva diplomática na ONU contra Portugal. Para os radicais de Coimbra, os dirigentes da AAC obedecem às duas centrais internacionais estudantis: Conférence Internationale des Étudiants / Secrétariat Permanent (CIE-COSEC) e Union Internationale des Étudiants (UIE). Estas duas organizações são os instrumentos dos imperialismos norte-americano e soviético, empenhados em suportar, através dos meios estudantis, a política anti-imperialista dos países afro-asiáticos e, no caso específico de Portugal, vergar a solidariedade dos jovens com o esforço militar em África. Para demonstrar a conspiração, a revista *Combate* compara as resoluções das duas organizações internacionais com os artigos publicados pelo jornal académico *Via Latina*, no biênio de 1961-1962 (*Combate* 1962a). Para os radicais, a comparação comprova como a luta da AAC em prol da autonomia universitária, da democratização do ensino e da expansão às escolas secundárias através do Movimento pró-Associações é forjada nas duas centrais internacionais. Outra prova é a adesão da AAC à Carta de Grenoble, em março de 1962, inspirada pela marxista francesa Union Nationale des Étudiants de France (UNEF), com o intuito de promover entre os estudantes europeus, o conceito de «jovem trabalhador intelectual», ou seja, da consciência de classe subversiva em relação às autoridades académicas e, no futuro, às autoridades do Estado (Gil 1962). Para os radicais, não é por acaso que alguns dos líderes da revolta estudantil de Coimbra tenham desertado das Forças Armadas, para boicotar a guerra (*Combate* 1962b). As contestações dos estudantes, portanto, nunca são espontâneas, mas sempre predeterminadas por forças ocultas nacionais ao serviço de centrais internacionais. Isso obedece à estratégia de médio-longo prazo decidida, em 1946, pelo PCP no seu segundo congresso na clandestinidade: dissolver a Federação das Juventudes Comunistas clandestina e infiltrar a juventude portuguesa, através da criação de organizações à luz do sol, mais eficazes, como o MUD-Juvenil, o Movimento Nacional de Estudantes

(MNE), os Grupos Universitários de Acção Patriótica. A infiltração interessou também as organizações juvenis do Estado Novo e criou associações recreativas para conquistar a hegemonia cultural entre os jovens. Para potenciar a sua ação, a internacional comunista indicou aos camaradas portugueses o caminho do diálogo com os elementos progressistas das Universidades: católicos, republicanos, antissalazaristas. A eles podia ser entregue a direção formal das associações estudantis oficiais ou criadas *ad hoc* (Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses, União Nacional dos Estudantes Portugueses, etc.), segurando, nos bastidores, a sua orientação político-estratégica.

A dedicação da extrema-direita no desvendar do complô internacional é respaldada pelas autoridades do regime autoritário que fornecem informações sobre as ligações internacionais dos estudantes antissalazaristas e financiam a produção de propaganda conspiracionista. Exemplo disso é a publicação *Cadernos de Combate* de 1964, que reúne todos os artigos de denúncia publicados pelo jornal *Combate* ao longo da crise académica de 1962 e que servirá de base para a primeira semana de mobilização anti-subversiva, organizada pelo grupo de Coimbra em março de 1964, com a distribuição do *Combate diário*. Os radicais aproveitam não só as fontes internas ao regime – principalmente a PIDE e a Legião Portuguesa – para recolher dados sobre o complô internacional, mas também a imprensa estrangeira de extrema-direita. Na década de 1960, por exemplo, o grupo de Coimbra tem contactos regulares com grupos neofascistas europeus, principalmente os franceses da revista *Europe-Action* e os italianos da revista *Ordine Nuovo*. Graças a estas publicações, o diretor de *Combate* fará circular, entre 1966 e 1967, o boletim *Confidencial*, totalmente dedicado à denúncia do complô mundialista. Ao mesmo tempo, a extrema-direita continua a denúncia do complô interno ao Estado Novo: em 1970-1971, por exemplo, o reitor da Universidade de Coimbra, José de Gouveia Monteiro, é acusado constantemente de ser judeu, comunista, maçom, infiltrado para proteger a extrema-esquerda académica (Marchi 2009b: 283).

Os anos da transição democrática

O conspiracionismo consolidado na extrema-direita faz com que ela leia o golpe militar de 25 de Abril de 1974 como a peça previsível do projeto encetado pela subversão internacional em 1945. No seguimento

do golpe de Estado, a extrema-direita apresenta o Movimento das Forças Armadas (MFA) como um peão das forças ocultas. Os diferentes atores de extrema-direita não compartilham uma versão única do plano oculto por detrás da chamada «traição de Abril». Ao longo dos anos, a imprensa radical dedica ao tema uma atenção constante, através de interpretações de conjunto ou de revelações pontuais, alegadamente comprovativas da conspiração. O autor mais sistemático na denúncia da traição de Abril é Fernando Pacheco de Amorim. Ele não pertence à fação fascista, mas é figura apreciada pelo seu passado aventuroso de conspirador na altura da Revolta da Mealhada de 1946 e, sobretudo, pelas suas ideias integracionistas do princípio da década de 1960. O seu livro de 1971, *Na Hora da Verdade*, torna-se o manifesto dos integracionistas. Ator relevante da oposição de direita a Marcelo Caetano, Pacheco de Amorim é nomeado, em maio de 1974, presidente do Movimento Federalista Português Partido do Progresso (MFP-PP), o mais ativo partido de direita defensor da presença portuguesa em África no pós-25 de Abril. Com a debandada do 28 de setembro de 1974, ele integra o spinolista Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), durante o PREC. Regressado da clandestinidade, continua a intervenção intelectual, em particular, com dois livros dedicados à análise conspiracionista do 25 de Abril. O primeiro, publicado ainda na clandestinidade, intitula-se *Portugal traído*. Nele, expõe a ideia da cumplicidade da elite do regime autoritário com os conspiradores:

Portugal era governado por uma classe dirigente que se apoiaava, não na vontade da Nação, mas nos poderosos interesses das empresas e dos clubes secretos, nacionais e internacionais, que efectivamente comandavam a sua vida económica e política. [...]

Na hierarquia das responsabilidades, é sem dúvida a nível governamental que se situa a principal responsabilidade, pois foi este complot a alto nível que permitiu à acção externa levar a cabo o seu projecto. Todos os que participaram neste complot não podiam deixar de estar perfeitamente conscientes de todos os factos apontados e do objectivo que se pretendia atingir. O mesmo se não poderá dizer dos que nele participaram a níveis inferiores. Entre estes houve, certamente, muitos ingénuos úteis, muitos ignorantes e simples comparsas, a par de ideólogos de vistos curtas que, julgando actuar com recta consciência, não passaram, afinal, de instrumentos daqueles (Amorim 1975: 11-12).

Para a extrema-direita, a cumplicidade dos vértices do Estado Novo com os golpistas é comprovada por duas atitudes de Marcelo Caetano, no dia 25 de Abril: por um lado, refugiou-se no Quartel do Carmo, no centro de Lisboa, e não na base aérea de Monsanto, como previsto pelo plano de contingência oficial; por outro lado, perante o golpe, ele não deu ordem de resistir nem às Forças Armadas ainda fiéis, nem à polícia política (PIDE/DGS), nem às organizações paramilitares (a Legião Portuguesa).

O segundo livro, publicado vinte anos depois, intitula-se *25 de Abril episódio do projecto global*. A obra aprofunda a denúncia de 1975, integrando elementos das diferentes versões do plano oculto que circulam nas direitas radicais. Como o próprio autor afirma na introdução do livro:

No fundo como penso poder provar ao leitor, muitos foram sem o suspeitarem simples instrumentos desse Poder oculto, a par de alguns outros que sempre agiram, conscientemente, ao seu serviço. Vejamos, então, como surgiu e cresceu o projecto do Governo Mundial, pois que só através dele, segundo creio, se podem esclarecer alguns dos mistérios que têm rodeado a evolução política nacional e internacional dos nossos dias (Amorim 1996: 29).

Segundo o autor, o 25 de Abril de 1974 representa apenas uma etapa do plano de longo prazo, preparado pela elite globalista desde o fim do século XIX. A elite globalista é guiada por teorias filosóficas de teor socialista, como o «comunismo platónico», na base das quais deve ser estruturado o futuro regime planetário, liderado por uma aristocracia iluminada. Figuras proeminentes da nova ordem global são, por exemplo, John Ruskin (1819-1900) e o seu discípulo Cecil Rhodes (1853-1902), este último representante do poder anglo-saxónico na disputa para a conquista do domínio mundial. Inspirada pelas ideias do socialismo global e da federação mundial, a elite anglo-saxónica é constituída principalmente pela alta finança e pela Banca (grupos como J.P. Morgan, Rockefeller, Rothschilds, Lamont). A elite está organizada em estruturas supranacionais, como o Round Table Group (1881) e as suas filiais nacionais, como o Royal Institute of International Affairs – Chatham House (Reino Unido, 1920) e o Council of Foreign Relations (EUA, 1921), e numa plethora de organizações nacionais e internacionais, como o Clube Bilderberg, a Fundação Ford, a Associação Americana para as Nações Unidas, as Conferências Pugwash, a Pilgrims Society, o Council Affairs,

o Comité para o Desenvolvimento Económico, o Business Advisory Council, a Commission on National Goals, a American Assembly, a National Planning Association, a Americans for Democratic Action, a English Speaking Union (Amorim 1996: 87).

Para implementar o plano, a elite globalista suporta desde sempre também o marxismo, funcional a nível económico e político. A nível económico, o marxismo e a sua *longa manus* o keynesianismo, serve à elite globalista para contrastar o liberalismo clássico, adepto do mercado livre no âmbito do Estado nacional e inimigo do governo mundial. A nível político, o marxismo da Revolução soviética de 1917 serviu para destruir o Império russo, acérrimo inimigo do projeto global e, ao mesmo tempo, para inspirar inúmeros movimentos guerrilheiros na América Latina e em África, e grupos terroristas na Europa. O caos e o terror, por sua vez, alimentaram, nos povos assustados, a dependência psicológica em relação à outra central do mundialismo: os Estados Unidos de América.

Neste contexto global, qual foi a atuação da elite globalista na preparação e implementação da «traição de Abril»? Segundo o *Livro Negro do 25 de Abril*, três internacionais operaram nos bastidores do golpe: a internacional vermelha (comunista e socialista); a internacional doirada capitalista (América do Norte e plutocracias europeias, nomeadamente Holanda e Suécia); a internacional negra (clerical progressista) (Fonseca 1982: 16). Em particular, a extrema-direita destaca seis acontecimentos, ocorridos durante o marcelismo e a transição, que, juntamente com os demais episódios revelados desde 1945, concorrem ao tal projeto global contra Portugal. Em primeiro lugar, a incapacidade do Estado Novo de encontrar uma solução política para a questão africana é imputada aos capitalistas britânicos que alegadamente manipularam os capitalistas portugueses para que, por um lado, boicotassem qualquer reforma no Ultramar na década 1960 e, por outro, levassem a opinião pública, na década de 1970, a aceitar o abandono de África e a integração na CEE. Neste sentido, o Grupo Bilderberg criou a Ala Liberal como oposição interna ao regime. Comprova-o o facto de Francisco Pinto Balsemão ter sido deputado da Ala Liberal em 1969, ter fundado o influente jornal oposicionista *Expresso* em 1973 e ter integrado, em 1981, o Grupo Bilderberg, como proeminente membro português. No ano de 1973, todas as oposições portuguesas (comunistas, socialistas, católicos, maçons, oficiais do Exército) juntaram-se na Conferência de Paris (financiada pela URSS) e chegaram a um acordo para intensificar a infiltração das Forças

Armadas portuguesas, para fomentar as guerrilhas na África portuguesa e, principalmente, para entregar o poder aos movimentos marxistas africanos após o colapso do regime. O chamado Acordo de Paris tornar-se-á uma constante na literatura de extrema-direita sobre o 25 de Abril como complô internacional: é o caso dos livros *Angola – Os vivos e os mortos*, de Pompílio da Cruz (Intervenção, 1976); *África – A vitória traída* dos generais Luz Cunha, Kaúlza de Arriaga, Bethencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques (Intervenção, 1977); *Liquidação do Ultramar de Valdez dos Santos* (JEF, 1980).

A pressão dos globalistas acelerou na véspera do golpe militar. A 15 de abril de 1974, o Papa Paulo VI apoiou oficialmente a solução federalista para o Império Português proposta pelo general António de Spínola com o livro *Portugal e o Futuro*, alternativa ao integracionismo do regime. Entre os dias 19 e 21 de abril de 1974, realizaram-se três encontros sobre a iminente revolução portuguesa: um em Bona (Alemanha, no Gymnich Castel), com os Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE e dois em Mégeve (França, Hotel Mont d'Arbois), presenciados um pela Comissão Trilateral e pelo Grupo Bilderberg, e o outro por representantes da NATO, EUA, Alemanha, Itália e Portugal. Finalmente, a 23 de abril de 1974, o rio Tejo foi ocupado pela frota da NATO, alegadamente no âmbito do exercício militar Dawn Patrol 74. Segundo os radicais de direita, a partir destes navios da NATO teriam sido descarregados milhares de cravos vermelhos, símbolo dos Rothschild e, a partir daí, da revolução portuguesa (Tavares 2022).

Durante o PREC (1974-1975), a elite globalista reforçou o seu plano contra Portugal. Dois membros do Council on Foreign Relations desempenharam funções importantes na transição democrática, com duas estratégias aparentemente opostas, mas, na verdade, coordenadas contra Portugal. Por um lado, o embaixador dos EUA, Frank Carlucci, apoiou o líder do Partido Socialista, Mário Soares, contra os comunistas. Por outro lado, o Secretário de Estado Henry Kissinger promoveu a teoria da vacina, segundo a qual um Portugal comunista teria imunizado o resto da Europa Ocidental. As duas estratégias combinadas mantiveram Portugal no caos político-social, necessário ao abandono precipitado de África. Os artifícies do complô permitiram a infiltração do PCP em todos os partidos da classe dominante (PS, PSD, CDS), a repressão das forças de direita, no 28 de setembro de 1974 e no 11 de março de 1975, e o agravamento da crise dos refugiados brancos vindos de

África. Os globalistas precisavam do caos para dois objetivos: garantir à URSS o controlo político das antigas colónias africanas para expulsar definitivamente Portugal – ou seja a Europa – de África e da Ásia; garantir à elite globalista o controlo económico das matérias-primas africanas, como, por exemplo, o petróleo de Cabinda (Angola), onde operava a Gulf Oil Corporation de Rockefeller. Para a extrema-direita, o colapso do regime autoritário e o estabelecimento da democracia não representaram nem a obra, nem a vitória do povo português, mas apenas uma etapa – neste caso em detrimento de Portugal – do plano da elite globalista para o domínio mundial.

Conclusões

No Estado Novo do segundo pós-guerra e na transição democrática, a extrema-direita portuguesa analisou todas as crises do regime autoritário e o seu colapso final, na perspetiva conspiracionista. Os agentes, internacionais e nacionais, denunciados pela extrema-direita, não são inventados. Eles existem e tomaram frequentemente posição oficial contra o regime português, tanto nas instituições internacionais, como na política nacional. O conspiracionismo da extrema-direita reside na integração de todos estes atores num único plano engendrado por uma única estrutura piramidal, animada por uma plethora de organizações, controladas pelo judaísmo internacional, a franco-maçonaria, a plutocracia, o comunismo. O conspiracionismo revela-se, também, na estruturação da relação hierárquica entre os diferentes atores, com a constante subordinação das marionetes nacionais aos titereiros internacionais. A extrema-direita não elabora uma versão única do complô mundialista contra Portugal. Dependente dos períodos históricos, os atores responsabilizados com mais afincó mudam: no imediato pós-guerra, prevalece o judaísmo internacional e o seu braço oculto da franco-maçonaria; na década de 1960, sobressai a ONU, controlada pelas duas superpotências no Conselho de Segurança e pela maioria dos países afro-asiáticos na Assembleia Geral; na década de 1970, ressalta a plutocracia internacional europeísta. Em todos os casos, há sempre a identificação dos atores nacionais ao serviço das internacionais conspirativas. No caso do judaísmo internacional, os republicanos maçons de diferentes ritos, os comunistas principalmente trotskistas e os neutralistas terceiro-mundistas. No caso da ONU, os

estudantes e os intelectuais anticolonialistas, tanto liberais enfeudados a Washington, como progressistas enfeudados a Moscovo. No caso da plutocracia internacional, os reformistas portugueses, sejam eles os europeístas demoliberais ou os pacifistas sociais-democratas. Os manipuladores internacionais e os manipulados nacionais são sempre suportados, mesmo que inconscientemente, pelos chamados “idiotas úteis” do mundo católico, monárquico, conservador e até nacionalista, influenciados, desde 1945, pelas correntes antiautoritárias: a democracia cristã, a monarquia constitucional, o reformismo liberal.

Não é fácil determinar quanto as mudanças no conspiracionismo dependem de processos de simplificação ou de apuração da análise política. O meio radical português não se destaca pela contribuição doutrinária à elaboração teórica conspiracionista da ultradireita europeia. Pelo contrário, parece evidente a reprodução acrítica das teorias veiculadas pela literatura extremista internacional, moldada ao caso português e, quando muito, integrada pelas informações de *intelligence* transmitidas pela PIDE/DGS e pela Legião Portuguesa.

Por outro lado, é evidente também como as componentes mais esotéricas, ocultas, obscuras deste conspiracionismo ficaram cada vez mais marginalizadas. O evoluir das crises proporciona uma série de dados empíricos que reforça a tese da convergência de interesses geopolíticos da comunidade internacional e das superpotências em particular, na democratização de Portugal e na sua saída de África, como etapa tardia, mas inevitável do longo declínio do eurocentrismo e do autoritarismo no Ocidente. Por consequência, a ideia do complô internacional contra Portugal tende a dar um peso menor às forças ocultas e a concentrar-se mais nos atores oficiais da política internacional e seus aliados nacionais. A visão típica das direitas portuguesas contrarrevolucionárias e fascistas acerca das crises portuguesas como consequência da derrota no combate intemporal e transcendental entre o Bem e o Mal – em 1945 como em 1789 – permanece património de uma componente minoritária da área radical. Prevalece, pelo contrário, a visão mais prosaica da mudança progressiva de relações de força no plano internacional. Em qualquer dos casos, o conspiracionismo não favoreceu a extrema-direita. Nos últimos anos do Estado Novo, a denúncia do complô não contrariou a progressiva marginalização desta fação mesmo entre os adeptos do regime. Nos anos da transição, o desvendar dos bastidores do 25 de Abril não abriu caminho a uma historiografia revisionista de direita sobre aquele

evento histórico. O conspiracionismo que circula hoje na Web de extrema-direita sobre aqueles acontecimentos históricos reproduz, no fundo, as mesmas análises elaboradas no rescaldo dos eventos.

Fontes

- A Nação* (1947). “O problema do Estado Nacional Judaico”, 18 de janeiro, 1 e 11.
- A Nação* (1948a). “O anti-semitismo e a imprensa brasileira e portuguesa”, 21 de agosto, 6-7.
- A Nação* (1948b), “Não!”, 24 de julho, 12.
- Amorim, Fernando Pacheco (1971). *Na Hora da Verdade*. Coimbra: Ed. Autor.
- « — » (1975). *Portugal traído*. Madrid: Ed. Autor.
- « — » (1996). *25 de Abril episódio do projecto global*. Porto: Centro de Cópias António Silva Lemos.
- Ataque* (1962a). “Falsos conceitos e confusão”, nº 1, 2 e 7.
- Ataque* (1962b). “A repressão do Capitalismo”, nº 3-4-5, 1 e 8.
- Athayde, A. (1948). “A Estrela Cabalística”, *A Nação*, 17 de julho, 5.
- Branco, H. Castelo (1947). “Nem muito ricos, nem muito pobres”, *A Nação*, 11 de outubro, 4 e 7.
- Christianus (1948). “Os Judeus... são judeus”, *A Nação*, 17 de julho, 2.
- Combate* (1962a). “Subversão académica”, nº 4, 1-2 e 8.
- Combate* (1962b). “Subversão (fim de um processo)”, nº 6, 1 e 6.
- Estêvão, José (1946). “À volta da destruição das riquezas – Teorias políticas e soluções económicas”, *A Nação*, 30 de março, 6-7.
- Europeus (1947). “A actual posição no mundo das três forças supranacionais - II A organização mundial judaica”, *A Nação*, 19 de julho, 6-7 e 10.
- Figueiredo, José Valle (1963). *A juventude e a Revolução Nacional*. Braga: Governo Civil de Braga.
- « — » (1967a). “A teia secreta – o conselho dos assuntos externos e o grupo de Bilderberg”, *Agora*, 14 de outubro, 6 e 11.
- « — » (1967b). “A teia secreta – as conferências Pugwash e o grupo de Bilderberg”, *Agora*, 21 de outubro, 7.
- « — » (1967c). “A linha paralela e o African-American Institute”, *Agora*, 28 de outubro, 7.

- « — » (1973). *Reforma universitária e política académica*. Lisboa: Livraria Sampedro.
- Fonseca, José Dias de Almeida da (1982). *Livro Negro do 25 de Abril*. Porto: Edições FP.
- Gil, A. (1962). "A Carta de Grenoble, NÃO!", *Combate*, nº 3, 3 e 8.
- Gomes, Francisco Matos (1946). "Estilo Maçónico", *A Nação*, 6 de julho, 1-2.
- Litorius (1947). "Os 13 pontos de Israel", *A Nação*, 8 de fevereiro, 7-8.
- O Fixe (1947). "Bolchevismo e Semitismo – Alerta!", *A Nação*, 26 de julho, 1 e 11.
- O'Neill, José (1947). "Justificando atitudes", *A Nação*, 13 de setembro, 1 e 11.
- Pimenta, Alfredo (1943a). "O perigo comunista", *Esfera*, 20 de fevereiro, 4 e 23.
- « — » (1943b). "O futuro da Europa", *Esfera*, 5 de fevereiro, 3.
- « — » (1946). "O beco sem saída", *A Nação*, 16 de novembro, 1 e 8.
- « — » (1948). "Fragmentos do discurso no rancho de camaradas de A Nação", *A Nação*, 6 de março, 12.
- Real, G. (1962). "Qual'Europa?", *Ataque*, nº 2, 2.
- Suna, Nuno Monte (1947). "O perigo judeu", *A Nação*, 26 de julho, 6.

Bibliografia

- Albanese, Matteo (2022). *Neofascism in Europe (1945–1989): A Long Cultural Journey*. London: Routledge
- Schaefer, Ansgar (2014). *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cassam, Quassim (2023). "Conspiracy Theories", *Society*, 60, 190-199.
- Coady, David (2012). *What to believe now: Applying epistemology to contemporary issues*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Cubitt, Geoffrey (1989). "Conspiracy Myths and Conspiracy Theories", *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, 20, 1, 12-26.
- Imhoff, Roland, Zimmer, Felix, Klein, Olivier, et al. (2022). "Conspiracy mentality and political orientation across 26 countries", *Nature Human Behaviour*, 6, 3, 392-403.
- Lee, Benjamin (2020). "Radicalisation and conspiracy theories", in Michael Butter e Peter Knight (eds.), *Routledge handbook of conspiracy theories*. New York: Routledge, 344-356.

- Marchi, Riccardo (2009a). *Folhas Ultras*. Lisboa: ICS.
- « — » (2009b). *Império nação Revolução*. Lisboa: Texto.
- Marie, Antoine e Petersen, Michael Bang (2022). “Political conspiracy theories as tools for mobilization and signaling”, *Current Opinion in Psychology*, 48, 2, 101440.
- Matthews, Fred (2023). “Conspiracy Theories, Scepticism, and Non-Liberal Politics”, *Social Epistemology*, 37, 626-636.
- Papaioannou, Kostas, Pantazi, Myrto e van Prooijen, Jean-Willems (2023). “Is democracy under threat? Why belief in conspiracy theories predicts autocratic attitudes”, *European Journal of Social Psychology*, 53, 5, 846-856.
- Pigden, Charles (2007). “Conspiracy Theories and the Conventional Wisdom”, *Episteme*, 4, 2, 219-232.
- Saull, Richard, Anievskaya, Alexander, Davidson, Neil, Fabry, Adam (eds.) (2015). *The Longue Durée of the Far-Right: An International Historical Sociology*. New York: Routledge.
- Spark, Alasdair (2001). “Conjuring order: the new world order and conspiracy theories of globalization”, *The Sociological Review*, 48, 2, 46-62.
- Taguieff, Pierre-André (2013). “L’invention du «complot judéo-maçonnique». Avatars d’un mythe apocalyptique moderne”, *Revue d’Histoire de la Shoah*, 1, 198, 23-97.
- Tavares, Rita (1/05/2022). “Fact Check. Cravos do 25 de Abril foram distribuídos por camiões da NATO?”, *Observador*, <https://observador.pt/factchecks/fact-check-cravos-do-25-de-abril-foram-distribuidos-por-camioes-da-nato/> (acedido a 26 de setembro de 2023).
- Terry, Nicholas (2017). “Holocaust denial in the age of web 2.0. Negationist discourse since the Irving-Lipstadt trial”, in Paul Behrens, Olaf Jensen, Nicholas Terry (eds.), *Holocaust and Genocide Denial. A Contextual Perspective*. London: Routledge, 34-54.